

A ESPECIALIZAÇÃO DO SABER NO DIREITO

Fábio Wellington Ataíde Alves *

RESUMO. O artigo discute como a especialização do conhecimento transformou o profissional do direito num indivíduo limitado, reduzindo apenas ao saber e ao pensar como patrimônio de uma classe de homens experimentados.

PALAVRAS-CHAVE. Conhecimento. Saber. Tecnologia jurídica. Ciência. Humanidade.

ABSTRACT. The present text discourses on the specialization of the knowledge in the legal field and the limitations that this means.

KEY-WORDS. Knowledge. Law. Technology. Science. Humanity.

1 A RUPTURA HERMENÊUTICA

A sociedade caminha para a especialização do conhecimento como produto da sua crescente complexidade. Desde esta perspectiva, tornou-se impossível dar conta das inúmeras áreas do conhecimento jurídico que surgem a cada dia. Pode parecer inverossímil, mas há apenas quinhentos anos (em termos históricos) era possível encontrar pensadores que dominavam o saber em todas as áreas do conhecimento humano, não obstante pouquíssimas pessoas tivessem a esta época a capacidade de ler.

A idéia de saber sistematizado já estava presente no jovem Platão. No diálogo *Íon*, o filósofo mostra que cabe ao especialista, e não ao leigo, julgar as ações do médico, do jurista etc¹. Passando para uma visão moderna da questão, podemos afirmar que o aprimoramento do conhecimento dá-se com o surgimento da Universidade de Bolonha, ainda no séc. XI. Porém, quando no séc. XVI as técnicas de ensino da música são transpostas para as diversas áreas do conhecimento, começa a sistematização da técnica de pensamento². Com efeito, a sistematização do ensino dá impulso à especialização do saber.

Graças a tudo isto, abre-se caminho para que aconteça o desvelamento do saber religioso. Isto indica que a especialização do conhecimento humano se desenvolve intensamente a partir da especialização da fé. As reformas protestantes representaram, portanto, a ruptura de um modelo de conhecimento planejado, que castrava a evolução do saber científico, individualizado. O *index librorum prohibitorum* de 1559 torna-se desta forma um marco simbólico da cultura reacionária ao saber especial ou, entendendo de outra forma, contra o saber não alinhado com o poder. Em

* Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN e da Faculdade de Ciências e Tecnologia *Mater Christi*. Juiz de Direito no Estado do Rio Grande do Norte.

¹ “Sobre a inspiração poética (*Íon*) & Sobre a Mentira (*Hípias Menor*)”. Trad. de André Malta. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 12. Este mesmo tema está presente em outros diálogos de Platão, como em “*A República*”.

² FERRAZ JR., Tércio Sampaio. “Função Social da Dogmática Jurídica”. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 36.

reação às Reformas, o Concílio de Trento refuta as interpretações dissonantes dos interesses da Igreja Católica, para a qual a compreensão bíblica devia ser apenas a determinada pelos concílios anteriores, em oposição às interpretações propostas pela Reforma.

Se pararmos para pensar, não somente foi Lutero o grande Reformador da Igreja, mas também ele foi o inovador do saber estabelecido, na medida em que propõe a popularização do ato de compreender os escritos sagrados. É com Lutero que o conhecimento hermenêutico começa a se descentralizar. Neste ritmo, faz-se possível dizer que a hermenêutica provém da necessidade de se compreender não apenas os textos literários, mas, sobretudo, os textos bíblicos³.

Por essa razão, ainda no século XVIII, os intérpretes estão compreendendo a palavra sagrada segundo um contexto, ou seja, tomando como referência uma realidade presente, de tal modo que nasce a hermenêutica moderna⁴. Tudo isto torna o ato de compreender uma tarefa nunca acabada, sempre sujeita às novas compreensões⁵. É a partir deste ponto que o conhecimento rompe todas as barreiras em direção ao cosmo infinito do saber especializado.

2 A DIVERSIFICAÇÃO DO COMPREENDER

As codificações, no início do séc. XIX, coroam o saber hermético, fundado na idéia da autoridade de quem produziu o saber, neste caso, o legislador. A Escola da Exegese, que prevalece durante a maior parte do citado século, impede o poder criador do juiz⁶ e, por isso, torna-se o saber especializado restrito ao domínio do legislador.

Durante o predomínio da vontade do legislador, o Judiciário foi um Poder estritamente nulo, incapaz de produzir um saber além do texto da lei. Nesse período, o exegeta empreendeu uma busca do sentido das palavras tal como pensado pelo redator original. Com a superação da Escola da Exegese, já na segunda metade do séc. XIX, a compreensão deixa de se voltar para o passado, abrindo-se às infinitas possibilidades do presente. No campo jurídico, o saber torna-se assim produto de uma compreensão que toma como referência a realidade.

O declínio da exegese permite finalmente que a lei seja compreendida de forma diferente a cada instante. O caso concreto, portanto, é a porta pela qual o legislador adentra à realidade, formando um conhecimento cada vez mais modelado às particularidades da vida em sociedade. Conforme reflete Gadamer, não existe uma compreensão acabada, dado que o sentido do texto se renova infinitamente⁷, em função de que o saber nunca se esgota⁸. Se pudéssemos compreender o texto fora do mundo, encontraríamos um sentido em si, mas, no momento em que o incorporarmos à nossa vida, novas possibilidades se irrompem infinitamente, ainda mais numa sociedade cada vez mais descentralizada.

A sociedade redonda num lugar de muitas dúvidas, difíceis de serem compreendidas genericamente, o que favorece o surgimento de mecanismos complexos de exploração do saber. Mesmo numa comunidade organizada, onde as regras sejam bem conhecidas e praticadas por todos, mesmo estas regras exigem novas e novas regras de compreensão⁹.

³ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 7ª. ed., Trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005, p. 241.

⁴ *Ibid*, p. 245.

⁵ *Ibid*, p. 305.

⁶ BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: lições de Filosofia do Direito**. Trad. Márcio Pugliesi; Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2006, p. 74.

⁷ *Op. cit.*, p. 395.

⁸ *Ibid*, p. 399.

⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 2000, p. 98. Enigmaticamente, assim como Wittgenstein, Augusto dos Anjos pergunta: De onde vem a

A lei, agora investida de um sentido plurívoco, chega à realidade distante dos métodos interpretativos, o que somente tem a favorecer o saber especializado. A pluralidade de alternativas reservadas ao intérprete perpetua-se diante das mudanças sociais¹⁰.

Não podemos dizer que a especialização seja em si maléfica, mas apenas uma consequência da evolução do pensamento humano, porquanto se tornou impossível ao cientista dominar outras áreas do conhecimento, ainda que lhe seja necessário.

Na sociedade complexa, temos profissionais sabendo cada vez mais sobre um campo cada vez menor. Isto é um fato contra o qual não temos qualquer controle. O Judiciário conheceu a especialidade há muito tempo e este processo ainda continua em desenvolvimento indefinido. Por exemplo, o juízo especializado em violência contra mulher e o da infância e juventude resultam, grosso modo, da especialização do conhecimento do juízo de família. Na verdade, todo processo de especialização dá-se em razão da descoberta de novos mecanismos de opressão. Quanto mais se descobrem os meios de violência, mais sentimos a necessidade de controlá-la. O assédio sexual no trabalho, por exemplo, sempre existiu, mas somente recentemente tornou-se uma questão que mereceu tratamento. E isto somente aconteceu por causa de cientistas com conhecimentos especializados.

Wittgenstein dá-nos entrada a compreender o ato de discernir. O filósofo explica que a confusão das palavras sucede mesmo de suas semelhanças, fazendo os sentidos escoar de nosso controle¹¹. É assim que surgem os especialistas para explicar os sentidos das palavras em cada uma das especialidades. A mesma palavra vai desta forma sendo ensinada conforme a especialidade. As coisas estão aí diferentes porque as entendemos diferentemente. A linguagem especializada, portanto, dá vazão ao saber do especialista, que nada mais é do que aquele que se arvora dos sentidos soltos das coisas.

Foi preciso o Holocausto para se perceber que o homem não mais compreende o homem. O conhecimento especializado, por conseguinte, tornou-se um conhecimento de uma classe de homens. O direito ainda não se universalizou, mas, ao contrário, tornou-se uma forma de expressão do pensamento de uma comunidade de pessoas que cada vez menos compartilha interesses comuns. Como apregoa Nietzsche, não basta que os homens se compreendam pelo uso das mesmas palavras; é preciso sim que eles usem as mesmas palavras para os mesmos sentimentos interiores¹². O filósofo mostra a radiografia do saber especializado quando afirma que "todo pensador profundo teme mais ser compreendido do que ser mal compreendido"¹³, demonstrando assim que o saber tornou-se uma ferramenta somente útil aos experimentados.

O especialista verte-se proprietário de uma linguagem *parcial*, sempre procurando responder às indagações levantadas pelo *todo* a partir de uma *parte* do conhecimento. Desde esta perspectiva, o conhecimento se torna reduzido. Como resultado, o pensamento reducionista se faz limitado cada vez mais a um campo menor. E, ao que parece, temos uma falsa sensação de que nossas dúvidas agora estão mais resumidas, quando, de fato, resumidas são as nossas esferas de conhecimento.

idéia? O autor de "Eu e outros Poemas" responde que a idéia, caindo de "incógnitas criptas misteriosas", (...) "de repente, e quase morta, esbarra no malambo da língua paralítica!"

¹⁰ Juarez Freitas abaliza os novos caminhos. Os princípios, segundo ele, ocupam lugar de destaque na interpretação, tanto que não será supérfluo reduzir que interpretar é hierarquizar princípios, normas (regras) e valores, superando-se, assim, a polêmica entre o objetivismo (vontade da lei) e subjetivismo (vontade do legislador). No entanto, a hierarquização não caminha em direção a uma Escola do Direito Livre, apenas estando certo que se distancia muito de uma interpretação literal. A atividade do intérprete de hoje não se exerce de modo passivo, como o faziam os adeptos da Escola da Exegese; ao contrário, eleva-se a uma postura constitucionalmente ativa, em contraposição à antiga concepção passivo-formalista [O Intérprete e o Poder de Dar Vida à Constituição: preceitos de exegese constitucional. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (orgs.). "Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides". São Paulo: Malheiros, 2001, p. 231].

¹¹ "Investigações Filosóficas". Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000, p. 31.

¹² NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**: Prelúdio de uma Filosofia do Futuro. Trad. de Antonio Carlos Braga, São Paulo: Escala, p. 196-7.

¹³ *Ibid*, p. 208.

Com efeito, os homens se entendem melhor graças ao pensamento reducionista, uma vez que a dúvida do especialista não ultrapassa a área de atuação de sua especialidade. Porém, o especialista continua assim com a sua dúvida porque não sai ou, ao menos, não lhe é permitido que saia de sua especialidade. Infelizmente, o acordo entre os homens continua sendo uma questão de desentendimentos.

Wittgenstein exalta que as palavras não têm apenas superfície, mas profundidade, e, nesta linha, não nos cabe aceitar “o testemunho de outro, porque não é nenhum 'testemunho; diz-me apenas o que ele está inclinado a dizer’”¹⁴. A especialização do saber é a forma suprema de dizer o conhecimento segundo a ótica de uma maçonaria de pessoas.

3 ESPECIALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA JURÍDICA E HUMANIDADE

Marilena Chauí adverte que a Filosofia da Ciência suplantou o entendimento de um conhecimento retilíneo, baseado na idéia comtiana de evolução. Assim, já não se concebe, v.g., a geometria contemporânea como evolução da euclideana, mas como geometrias diferentes, consequência de uma *ruptura epistemológica* (Gaston Bachelard)¹⁵.

Hoje, o conhecimento não está condicionado, ou seja, é possível produzir verdades interdependentes e, refletindo neste sentido, também entendemos que o processo judicial deve produzir um conhecimento – uma verdade – sujeita a uma ruptura. Com efeito, o conhecimento a ser produzido pelo processo judicial amolda-se a isso, sendo igualmente possível afirmar que a verdade atingida no processo nada mais será que apenas *uma verdade*.

Um acontecimento, portanto, pode ser explicado conforme várias causalidades. Vale lembrar aqui Lourival Vilanova, quando explica que um psicólogo adota o seu método sem descer ao fundo de outros saberes, a ponto de ir investigar a fisiologia nervosa das células ou os processos bioquímicos cerebrais. Pois, assim sendo, um fato sempre está relacionado com várias séries causais superpostas (causalidade bioquímica, físico-química, sociológica, etc.)¹⁶.

Seguindo este norte, é interessante notar que os direitos do homem também se especializaram, de modo que adotaram evolução a partir de várias gerações sobrepostas. Os direitos individuais afluem nos direitos sociais, que por sua vez são levados aos direitos coletivos e, mais recentemente, aos direitos associados à dependência do homem ao planeta terra. Nesse caso, convém sublinhar que então a especialização do saber jurídico nunca deixou de entender o homem, mas passou a entendê-lo segundo várias formas: o homem em sociedade; o homem na família; o homem como habitante do planeta etc.

Não obstante o saber especializado – dando ampla proteção aos direitos – o homem ainda não nasce livre e igual, em dignidade e Direitos¹⁷; pelo contrário, ele deixou de ser compreendido de forma total, assim como também a sua dignidade depende de cada conhecimento especializado, de cada limite territorial e ideológico. É ficção pensar no homem totalmente digno, protegido por uma ordem internacional. O saber especializado foi útil para conhecermos a distinção que existe entre o homem e a mulher, a criança e o adulto, o jovem e o idoso, o culpado e o inocente, mas, infelizmente, também sabemos quanta diferença há entre o rico e o pobre, o branco e o negro, o normal e o diferente.

A fragmentação do homem – para empregar uma expressão de Bobbio¹⁸ – vem como produto da especialização do saber. O saber especializado, por sua vez, nada mais é do que uma

¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. Op. cit., p. 150.

¹⁵ **Convite à Filosofia**. 12ª ed., São Paulo: Ática, 2000, p. 257.

¹⁶ **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 48.

¹⁷ Cf. BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 118.

¹⁸ Cf. *ibid*, p. 119.

consequência da especialização do poder e, num sentido mais amplo, da própria violência, que impera desde quando o homem resolveu viver em sociedade.

Importa ao saber científico descobrir quais são as normas mais adequadas para a vida em sociedade, em função de que precisa determinar as causas que definiram as normas vigentes e se estas mesmas normas são adequadas para a vida em sociedade. De outra parte, subsiste no direito um saber meramente tecnológico, que toma as normas postas como verdadeiras e adequadas à vida social¹⁹. A especialidade no campo jurídico está muito mais bem confortável no pensamento tecnológico, enquanto a linguagem do saber científico ainda não se tornou um modelo padrão entre os profissionais que lidam com o direito²⁰. No dia-a-dia forense, o tecnocrata vence o cientista com larga margem de vantagem.

O tecnocrata do direito é a expressão máxima do especialista que pouco se importa com as causas históricas que determinaram a lei ou mesmo com o fato de ser a própria lei um fator de violência institucionalizada. Ele é um operário, um *operador do direito*, preocupado tão somente com o proibido-permitido, ignorante para o que é verdadeiro-falso. O operador desconhece a disciplina imposta pelos controles sociais, nos quais se insere direito – outra forma de especialização da violência. Como diz Fábio Ulhoa Coelho, o poder se vale da tática de isolar corpos, separando-os, como uma forma de disciplina²¹. Por isto, Nietzsche condena a produção do saber em si mesmo, estéril, incapaz de produzir resultados para a fome que nos aflige no presente²², em virtude de que urge advertir que este filósofo acredita mesmo na força do saber instrumental.

Poucos são os pensadores, como Jean-Claude Guillebaud ou mesmo Michel Foucault, que se atrevem ao saber não especializado e muito menos são os que, como eles, conseguem escrever algo respeitável na ótica dos tecnocratas. Escassearam entre nós os teóricos amplos, como Pontes de Miranda, que tanto escreveu sobre os Direitos Público e Privado, sem deixar de enveredar noutras áreas do conhecimento, tendo refletido até mesmo sobre filosofia e psicologia jurídica.

Não a divisão do trabalho, mas a divisão do conhecimento torna a todos ignorantes, exceto naquilo em que somos especialistas. O pensamento jurídico, carente daqueles que falam a linguagem científica plena, precisa romper o saber indolor que toma o homem como coisa²³. Porque, completando com Zaffaroni, o saber jurídico deve possuir como projeto não a função de racionalizar as leis desumanas, mas, antes de tudo, de descobri-las²⁴.

E é justamente aqui onde nossas preocupações se aprofundam. Diante da crise da legalidade, já não somos capazes de encontrar ou conhecer as leis desumanas, simplesmente porque não mais conhecemos todas as *leis*. Em muitas áreas, o aprofundamento do saber jurídico, aliado à inflação legislativa, transformou o ato de conhecer o que está permitido ou proibido num assunto muito restrito, de difícil penetração.

¹⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito e Poder**: ensaio de epistemologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 17.

²⁰ *Ibid*, p. 22.

²¹ *Ibid*, p. 54.

²² São suas palavras: “O saber, absorvido imoderadamente e sem que a ele se seja impelido pela fome, mesmo absorvido por conta da necessidade, não age mais desde então como motivo transformador, impelindo para o exterior, mas fica escondido numa espécie de mundo interior, caótico, que, com uma singular altivez, o homem moderno chama a ‘intimidade’ que lhe é peculiar” (“Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida”. Trad. Antonio Carlos Braga e Ciro Mioranza, São Paulo: Escala, 2008, p. 51).

²³ O pensador argentino diz o seguinte: “...derecho reclama siempre *humanitas*, simplemente porque el saber jurídico no es más que un instrumento para la realización del ser humano y, como tal, carece de brújula cuando se aleja de la antropología básica que hace de este una persona, para cosificarlo, para reducirlo a una cosa más entre las cosas” (ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Humanitas en el Derecho Penal*. In: Leite, George Salomão; Leite, Glauco Salomão (Coord.). Salvador: Podivm, 2008, p. 78).

²⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Op. cit., p. 79.

4 CONCLUSÕES

1. A especialização do conhecimento desenvolveu-se mais intensamente a partir da divisão do pensamento religioso.
2. Já no campo do saber jurídico, o fim da Escola da Exegese abre a interpretação da lei para infinitas possibilidades de compreensão do presente.
3. Contudo, o conhecimento especializado tornou-se patrimônio de uma classe de homens, dando a falsa sensação de que agora nos entendemos mais do que antes.
4. Assim, o pensamento reducionista isolou-se na área de atuação do especialista, de tal modo que se criou o saber tecnológico no campo jurídico, desinteressado com as causas históricas que determinaram a lei ou mesmo com o fato de ser a própria lei um fator de violência institucionalizada.
5. O saber jurídico precisa romper o estado indolor da tecnologia, que aprisiona o saber no pensar reducionista e impede a visão global dos acontecimentos, ou melhor dizendo, que rejeita a completa visão do homem.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **O Positivismo Jurídico: lições de Filosofia do Direito**. Trad. Márcio Pugliesi; Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2006.
- Chauí, Maria Helena. **Convite à Filosofia**. 12ª ed., São Paulo: Ática, 2000.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito e Poder: ensaio de epistemologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 17.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Função Social da Dogmática Jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- FREITAS, Juarez. O Intérprete e o Poder de Dar Vida à Constituição: preceitos de exegese constitucional. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (orgs.). **Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: Malheiros, 2001..
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 7ª. ed., Trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal: Prelúdio de uma Filosofia do Futuro**. Trad. de Antonio Carlos Braga, São Paulo: Escala.
- _____. **Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida**. Trad. Antonio Carlos Braga e Ciro Mioranza, São Paulo: Escala, 2008.
- PLATÃO. **Sobre a inspiração poética (Íon) & Sobre a Mentira (Hípias Menor)**. Trad. de André Malta. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- VILANOVA, Lourival. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Humanitas en el Derecho Penal**. In: Leite, George Salomão; Leite, Glauco Salomão (Coord.). Salvador: Podivm, 2008.